ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

A PRÁTICA EXTENSIONISTA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: esforços em prol de uma história pública

EXTENSIONIST PRACTICE AND HERITAGE EDUCATION: efforts for a public history

EXTENSIÓN, EDUCACIÓN, PATRÍMONIO: esfuerzos en apoyo de una historia pública

Cícera Patrícia Alcântara Bezerra[1]
Jucieldo Ferreira Alexandre[2]
Priscilla Régis Cunha de Queiroz[3, 4]

Resumo
O presente artigo trata das possibilidades de perceber ações extensionistas universitárias enquanto via para a construção coletiva e plural do conhecimento histórico, dialogando com as proposições da História Pública. Para tal, explanaremos sobre as ações que envolvem o curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri, sediado em Icó-CE, e a comunidade local. Por

---

[1]Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Graduação em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Regional do Cariri – URCA. É professora na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: patyalcantara11@hotmail.com.
[2]Professor de História da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Coordena, junto com a Profª. Priscilla Régis Cunha de Queiroz, a ação de extensão "Entre as páginas da história do Icó: oficinas sobre fontes históricas e educação patrimonial". E-mail: jucieldo.alexandre@ufca.edu.br.
[3]Professora de História da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Coordenou a ação de extensão "Diálogos Sobre o Patrimônio". E-mail: priscilla.queiroz@ufca.edu.br.
[4] Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, CEP: 50670-901, Recife, PE, Brasil.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

meio das ações de extensão, temos empreendido esforços que buscam debater experiências e leituras, bem como atividades práticas voltadas à população em torno de questões relacionadas à Educação Patrimonial. Essas oportunidades têm trazido à tona o debate sobre o processo de patrimonialização de bens locais, evidenciando demandas variadas por parte da comunidade e do corpo discente do curso de História.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária; Educação Patrimonial; História Pública.

ABSTRACT

This article deals with the possibilities of perceiving university extensionist actions as a way to construct collective and plural of historical knowledge, dialoguing with the propositions of Public History. For this, we will explain about the actions that involve the Bachelor's Degree course in History of the Federal University of Cariri, based in Icó-CE, and the local community. Through the extension actions, we have undertaken efforts that seek to discuss experiences and readings, as well as practical activities aimed at the population around issues related to Heritage Education. These opportunities have brought to the fore the debate on the process of patrimonialization of local goods, evidencing various demands on the part of the community and the student body of the History course.

KEYWORDS: University extension; Heritage Education; Public History

RESUMEN

Este artículo se ocupa de las posibilidades de realizar acciones de extensión universitaria, mientras que el camino a la construcción colectiva y plural del conocimiento histórico, dialogando con las proposiciones de Historia Pública. Con este fin, explanaremos sobre las acciones que implican el curso de Historia en la Universidad Federal de Cariri, con sede en Icó-CE, y la comunidad local. A través de la extensión, hemos emprendido esfuerzos que buscan discutir las experien-

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

cias y lecturas, así como actividades prácticas dirigidas a la población en torno a temas relacionados con la educación sobre el patrimonio. Estas oportunidades han puesto sobre el tapete el debate sobre el proceso de patrimonialización, mostrando diversas demandas de la comunidad y el alumnado del curso de la historia.

PALABRAS CLAVE: Extensíon; Educación sobre el Patrimonio; historia pública

Recebido em: 22.01.2017. Aceito em: 26.03.2017. Publicado em: 01.04.2017.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Introdução

As frequentes questões que envolvem a memória coletiva e o dever de memória, cerne de muitas dos debates públicos da atualidade, têm repercussões sociais e políticas que reverberam em vasta produção editorial, museológica e audiovisual. As apropriações são várias e válidas. Mobilizando experiências, desejos, saberes e muito esforço coletivo, as iniciativas de democratização da produção, publicização e problematização da História enquanto herança comum e conhecimento sistematizado dão forma a uma História mais pública. Mas, que História é essa?

Na entrevista concedida a Ricardo Santhiago, David King Dunaway, multifacetado historiador norte-americano, percebe o entendimento da História Pública enquanto campo aberto para apropriações por diferentes seguimentos sociais. Ela é possuidora de caráter multidisciplinar expresso, por exemplo, na produção histórica elaborada por vários sujeitos a partir de várias linguagens.

> A história pública é o meu tipo de história. A história pública está completamente envolvida com devolver insights para o público. [...] Então, para mim, a história pública é a institucionalização de um espírito que muitos historiadores têm tido, por centenas de anos – só que simplesmente não havia um caminho. (SANTHIAGO, 2016, p. 214)

Talvez haja mais de uma maneira de definir o ofício do historiador público. O que sabemos é que não se trata simplesmente de executar uma tradução do conhecimento acadêmico. Existe na História Pública uma natureza específica. O Bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri, situado em Icó-CE, tem tentado alcançá-la através de ações de extensão que pretendem expandir a área de produção e audiência para o saber histórico, através, por exemplo, da apresentação e problematização do patrimônio histórico local por

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

meio de iniciativas em educação patrimonial e momentos de debate popular acerca do tema.

Renata Schittino indaga a respeito do peso e do significado do termo *Público* que acompanha o conceito de *história* para construir a noção de *História Pública*. A autora sugere ser "possível pensar uma ideia de história pública onde a história científica não encarna a posição de juiz do passado, (...), e não toma para si a tarefa de desenvolver a consciência histórica levando conhecimento ao público leigo". (SCHITTINO, 2016, p. 29).

Destarte, entendemos que a História deve se ocupar não apenas em envolver as pessoas, mas de levar as possibilidades de construir o conhecimento histórico para a rua, ao lugar onde as pessoas estão. Nesse sentido, busca-se nos projetos de extensão e demais ações desenvolvidas pelo bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri compreender e fomentar as diferentes maneiras pelas quais podemos estimular a consciência histórica.

Assim, a História Pública permite dividir a pesada carga decorrente do ofício de Clio, mas também compartilhar os prazeres de enveredar pelos meandros da construção do conhecimento histórico. Esse impulso democratizador é deveras louvável, mas como implementá-lo de modo a assegurar a compreensão histórica alicerçada em trabalho rigoroso? Apontamos a prática extensionista como possibilidade de exercitar esse *fazer* história pública. Através das ações de extensão, permeadas pela reflexão acerca do patrimônio, temos buscado perceber a dimensão pública da História discutindo e vivenciando seus desdobramentos acadêmicos e políticos junto à comunidade e aos jovens historiadores em formação em Icó-CE.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Extensão no Campus Icó

Em junho de 2013, a lei n.12.826 criou a Universidade Federal do Cariri, agregando os *campi* de Barbalha, Crato e Juazeiro, anteriormente integrantes da Universidade Federal do Ceará. A mesma lei indicou a instalação de mais dois *campi* nos municípios de Icó e Brejo Santo. Diante das características locais, em Icó, fundou-se o curso de Bacharelado em História, em 2014. As atividades do curso incluem ações de ensino, pesquisa, cultura e extensão.

Com a proposta de viabilizar formação dinâmica e diferenciada, o Bacharelado em História possui ênfase em Gestão do Patrimônio, concretizada em sua matriz curricular, e operacionalizada no conjunto de atividades promovidas pelo curso. Busca fomentar o debate acerca das mais diversas questões relacionadas ao Patrimônio, seja ele material ou intangível, edificado ou ambiental.

Com o início dos trabalhos em Icó, professores e alunos identificaram demandas e possibilidades de atuação, sobretudo no que diz respeito às intervenções próprias do ofício do historiador. Percebemos que o município de Icó, apesar de possuir arquitetura considerada pelo IPHAN como patrimônio nacional, possui dificuldades em realizar ações de Educação Patrimonial. Dentro dessa gama de inquietações e possibilidades, surgiram diversas ações voltadas para o assunto[5].

[5] São exemplos de projetos desenvolvidos pela UFCA em Icó e voltados às questões patrimoniais: "Diálogos sobre o patrimônio", projeto de extensão que já teve a coordenação das professoras Polliana de Luna Nunes Barreto, Amanda Teixeira da Silva e Priscilla Régis Cunha de Queiroz; o projeto "Entre as páginas da História do Icó", sob responsabilidade dos docentes Jucieldo Ferreira Alexandre e Priscilla Régis Cunha de Queiroz; e o projeto de ensino e extensão "Educação patrimonial: a construção de novos saberes nos espaços educativos", da professora Jaqueline Dourado do Nascimento. No âmbito das disciplinas com crédito de extensão, se destacam as ações em prol da constituição de um dossiê que solicite ao IPHAN o inventario da Festa de Nosso Senhor do Bonfim de Icó, sob coordenação da professora Cícera Patrícia Alcântara Bezerra.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

As ações têm o objetivo promover o debate sobre patrimônio histórico e fomentar uma prática extensionista de maneira crítica. Os estudantes envolvidos leem e discutem artigos sobre *Patrimônio, História* e *Memória*; traçam propostas de ação, realizadas junto à sociedade local; e constroem pesquisas no intuito de perceber quais são as percepções, demandas e dúvidas da comunidade em relação ao patrimônio. Assim, as ações têm caráter didático, produzindo momentos em que os aspectos históricos, culturais e públicos dos bens patrimoniais são discutidos. Os projetos buscam concatenar ensino, pesquisa e extensão, em um processo interdisciplinar que considere os processos culturais, educativos e científicos. Como indica Paulo Freire, a prática extensionista deve ser balizada por preceitos éticos e científicos,

> Seria, por outro lado, porém, um absurdo se os que defendem a presença da universidade nas áreas populares não lutassem também no sentido da seriedade acadêmica, da rigorosidade dos procedimentos, da exatidão dos achados. No fundo, a presença da universidade nas áreas populares através de programas – jamais neutros – de ordem cultural e educativa só se justifica na medida em que contribua para o estabelecimento da unidade dialética entre prática e teoria, sensibilidade do concreto e conhecimento exato do concreto, sabedoria popular e cientificidade acadêmica. É com esse objetivo, na verdade, que devemos nos esforçar por fazer real a presença da universidade nas áreas populares (FREIRE apud SANTOS, 1986, p. 7).

Essa concepção de extensão tem sido fomentada no Instituto de Estudos do Semiárido (IESA), Unidade Acadêmica que abriga o bacharelado em História do Campus Icó. Neste artigo, focaremos em dois projetos: "Entre as páginas da História de Icó: Oficinas sobre Fontes Históricas e Educação Patrimonial" e "Diálogos Sobre o Patrimônio". Tais ações de extensão têm em comum a busca pela formação de historiadores comprometidos, atuantes e conhecedores de seu papel social. Nesse ensejo, espera-se contribuir não apenas com a formação

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

acadêmica, mas também, conscientizá-los para as diversas possibilidades de construção coletiva do conhecimento, bem como para o cuidado e problematização dos bens patrimoniais.

As ações elencadas são fomentadas e acompanhadas pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Cariri. Por meio de incentivos como o programa de bolsas, reuniões e eventos sistemáticos, a PROEX integra projetos e outras iniciativas de extensão, atuando, também, no sentido da formalização das ações e programas por meio da integralização curricular dessas iniciativas. Esse esforço concorre para evidenciar o caráter pedagógico da extensão. Como argumenta Maciel:

> O reconhecimento da atuação dos alunos em projetos e programas de extensão na integralização curricular, bem como o fomento à criação de componentes curriculares em ações de extensão integradas aos currículos das formações em nível de graduação são medidas importantes que incentivam uma universidade mais engajada socialmente e mais moderna pedagogicamente. Tais medidas, além de responderem às demandas da sociedade para com a universidade, possuem o potencial de ampliar o impacto de políticas públicas e de encurtar, em muitos anos, por meio do engajamento docente e discente, o processo de superação de mazelas sociais que acometem o Brasil (MACIEL, 2010, p. 21-22).

Essa empreitada passa necessariamente pela instrumentalização dos alunos do curso de História envolvidos nos Projetos. Até agora, as ações de extensão, de maneira geral, têm se mostrado bem-sucedidas no contato com a comunidade. As relações de confiança e o entrecruzamento de saberes e experiências têm mostrado a possibilidade de tratar a construção do conhecimento histórico como ato coletivo, marcado pelo diálogo entre a universidade e outros espaços, juntos no fomento a reflexão sobre o lugar da história na sociedade contemporânea, e sobre formas de fazer e circular conhecimento. Comunga, portanto, com a História Pública.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Eis que chega o tempo de pensar a compartimentação do conhecimento e perceber a multiplicidade de lugares de produção de saber histórico. Os Institutos e Departamentos Acadêmicos deixam de ser os guardiões da produção autorizada. As numerosas discussões sobre a História e memória estão na boca do povo. E a ampliação das redes de História Pública são resultados disso.

Pensando a Educação Patrimonial

Em seu sentido original, a palavra *patrimônio* remete a ideia de *herança*: *bens de valor* econômico passados de uma geração a outra. Entre fins do século XVIII e os dias atuais, tal conceito ganhou maior profundidade, especialmente no Ocidente. A ampliação conceitual manteve a ideia de *herança* de *bens de valor* embutida na terminologia *patrimônio*, mas ultrapassou os elementos meramente financeiros do termo original, ao apontar para questões simbólicas que fazem dos *bens culturais* elementos distintivos da vida e na *constituição de identidades* nas modernas sociedades ocidentais, tendo a

> função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo “patrimônio” (OLIVEIRA, 2008, p. 114).

Desde o início do século XX, o Estado brasileiro promove uma série de políticas públicas, responsáveis por conjunto amplo de leis e procedimentos técnicos, voltada ao reconhecimento e proteção do chamado *patrimônio nacional*. Nas últimas três décadas, essas políticas públicas passaram por uma ampliação conceitual e de suas técnicas, o que permitiu maior reconhecimento da diversidade cultural do país.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Um marco dessas mudanças é a Constituição de 1988. Os artigos 215 e 216 consagraram os chamados *direitos culturais*, redefiniram o conceito de bem cultural - ao apresentar as facetas materiais e imateriais dos mesmos -, destacaram a relevância da diversidade étnica dos diferentes grupos formadores do país e, entre outras questões, colocaram os documentos históricos como integrantes do patrimônio nacional.

Já o Decreto 3551/2000 instituiu a política de inventário e registro do patrimônio imaterial brasileiro. Junto ao texto constitucional, o decreto é um marco, ao contribuir significativamente para a valorização do legado dos diferentes grupos étnico-culturais na formação da caleidoscópica cultura brasileira, superando a tradicional forma de enxergar o patrimônio apenas pelas obras de *pedra e cal*, ampliando os direitos de acesso à cultura e memória (FONSECA, 2009).

As reconfigurações conceituais citadas ampliaram as políticas de patrimonialização, ou seja: a seleção de bens culturais por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo (ou grupos) de identidade (CHUVA, 2012).

Malgrado os avanços citados, é impossível projetar a preservação do patrimônio cultural sem vinculá-la a uma vivência efetiva e afetiva por parte dos grupos sociais a ele relacionados. A assertiva explicita a importância de uma relação profícua entre educação e patrimônio:

> O patrimônio pode ser abordado como um dos elementos fundantes da constituição de identidades, do sentido de pertencimento dos sujeitos. Partindo do pressuposto de que as pessoas só respeitam e admiram aquilo que conhecem, faz-se necessário construir possibilidades de educar para o patrimônio, ou seja, para que todos conheçam e sintam-se pertencentes aos espaços, discussões, lugares de guarda e preservação dos diferentes bens culturais (PAIN; GUIMARÃES, 2014, p. 89).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Para Cecília Londres, a própria eficácia das políticas de patrimonialização está condicionada a formação da consciência preservacionista entre as novas gerações. Sem isso, elas se reduzem "a iniciativas de alcance restrito, valorizadas apenas por grupos já familiarizados com a temática da preservação, distanciando-as, portanto, do objetivo que historicamente as justifica – o seu interesse público" (LONDRES, 2012: 14).

A educação patrimonial passou a ganhar espaço no Brasil nos anos 1980, com a redemocratização e a fortificação, aqui e no exterior, das políticas voltadas ao *direito ao passado* e *direito à memória*. Alguns historiadores destacam também o papel dado ao tema na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* e nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, aprovados nos anos 1990.[6] Ambos documentos têm como elementos centrais a compreensão e valorização da pluralidade cultural e histórica dos grupos sociais formadores do país, compreendida como marca da *identidade nacional*, reforçando o papel da escola e das comunidades no reconhecimento e salvaguarda desses bens

Tratando do assunto, a antropóloga Cecília Londres critica o sentido restrito que pode ser dado à expressão *educação patrimonial,* o que faz a autora preterir a mesma. Para Londres, a isenção do tema patrimônio no ambiente educacional não deve ser tomada enquanto a criação de nova *disciplina* a ser acrescida no currículo escolar obrigatório, que no Ensino Médio. Deve ser vista, antes de tudo, como um recurso precioso no processo educativo que propicie uma fruição, preservação e difusão dos bens culturais: "não se trata de 'ensinar sobre' o patrimônio, mas de considerar os bens culturais, sua

[6] Ricardo Oriá, por exemplo, sublinha a preocupação da LDB em afirmar como tarefa da educação a preservação do patrimônio cultural nacional e regional e das diferentes formas de manifestações artístico-culturais do país (ORIÁ, 2006). Já Martha Abreu debateu as aproximações entre o texto dos PCN´s e o Decreto 3551 de 2000, que estabeleceu o registro dos bens culturais imateriais enquanto Patrimônio Cultural Brasileiro (ABREU, 2007).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

fruição, preservação e difusão, como um recurso precioso no processo educativo" (LONDRES, 2012, p. 16).

Ampliando o debate, Sônia Regina Florêncio afirma que a *prática educativa* deve considerar o patrimônio cultural enquanto tema *transversal* e *transdisciplinar* que potencializa o uso dos recintos públicos e comunitários como espaços formativos essenciais. Da mesma forma, deve fugir da reificação de coisas e objetos, problematizando os bens culturais enquanto produtos humanos cujos sentidos só podem ser entendidos plenamente quando situados em complexas redes sociais identitárias e de alteridades, pertinentes ao *lugar social* ocupado por tais bens (FLORÊNCIO, 2012, p. 26). Nestes termos, a Educação Patrimonial deve atuar em espaços educativos formais (a escola, por exemplo) e informais (associações comunitárias, entre outros), criando mecanismos de interlocução entre os setores públicos responsáveis pela política de patrimônio cultural e as comunidades relacionadas aos bens culturais, por meio de mecanismos de escuta e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais (Idem, p. 24).

Podemos concluir, assim, que a Educação Patrimonial vem ganhando destaque em diversas instituições e se tornado essencial para a percepção do patrimônio cultural enquanto elemento constitutivo da vida social. Essa percepção embasa os projetos de extensão "Entre as páginas da história do Icó" e "Diálogos sobre o patrimônio", sobre os quais discorreremos a seguir.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Entre as páginas da história do Icó: oficinas sobre fontes históricas e educação patrimonial

Realizada pelo curso de História da UFCA desde 2015, a ação de extensão "Entre as páginas da história do Icó" conta com bolsas concedidas pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Cariri. As oficinas do projeto em questão aliam a valorização de rico acervo de fontes históricas com os propósitos da educação patrimonial, ao promover o contato de professores e alunos do Ensino Básico com documentos dos séculos XVIII e XIX, propiciando o reconhecimento desse patrimônio documental como importante para a memória da cidade e a sua inserção enquanto recurso didático nas aulas de História, contribuindo para fruição e proteção do mesmo.

O espaço de realização da ação de extensão é o Arquivo Histórico de Icó, também conhecido como Arquivo Público, criado em principio dos anos 2000 por iniciativa de Altino Afonso Medeiros, memorialista e servidor público da Secretaria Municipal de Cultura. Considerado *o historiador do Icó* pela população local, por sua militância na proteção do patrimônio edificado e na divulgação cotidiana das memórias icoenses, Altino Afonso conseguiu sensibilizar os responsáveis por um dos cartórios da cidade a ceder os documentos mais antigos – que se encontravam mal alojados e conservados – em prol da constituição de um arquivo aberto a pesquisa. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) apoiou o projeto, restaurando e organizando o acervo.

Malgrado sua riqueza, o Arquivo Histórico permanece desconhecido para a maior parte da população da cidade. Seu valor enquanto patrimônio e a possibilidade de divulgação do mesmo enquanto fonte para o conhecimento da história local foi o mote para a proposição da ação de extensão "Entre as

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

páginas da história do Icó", que dialoga com o objetivo fundante do Bacharelado em História da UFCA: a formação de historiadores que lidem com as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

Concomitantemente os avanços das discussões acerca da educação patrimonial, as fontes também passaram a figurar enquanto importante recurso didático nas aulas de história, com a iniciativa dos professores de "incorporar os mais variados suportes, linguagens e gêneros, tais como: fotografia, cinema, artigo de jornal, manuscrito, reclame (de jornal, rádio, TV, *outdoor*), pinturas, jogos, roupas, imagens de antigos edifícios, instrumentos de trabalho, entre outros" (FREITAS, 2010: 208). Sobre o assunto, Circe Bittencourt afirma que:

> As justificativas para a utilização de documentos nas aulas de história são várias [...] Muitos professores que os utilizam consideram-nos um instrumento pedagógico eficiente e insubstituível, por possibilitar o contato com o 'real', com as situações concretas de um passado abstrato, ou por favorecer o desenvolvimento intelectual dos alunos, em substituição de uma forma pedagógica limitada à simples acumulação de fatos e de uma história linear e global elaborada pelos manuais didáticos (BITTENCOURT, 2011, p.327).

Destarte, o reconhecimento e defesa do chamado *patrimônio documental* e sua inclusão enquanto importante recurso didático são elementos centrais no âmbito de atuação do historiador. Por outro lado - haja vista o papel social dos cursos de História, bem como da universidade pública, na relação com a sociedade -, a extensão universitária é um caminho promissor para a difusão da educação patrimonial.[7] Foi a partir desta constatação que se instituiu a ação de extensão *Entre as páginas da história do Icó.*

---

[7] Exemplo da relação profícua entre extensão e patrimônio é o Programa de Extensão Universitária (ProExt), do Ministério da Educação. Em seus editais, o programa tem destacado o tema patrimônio, resultando em importantes ações extensionistas que dão visibilidade aos bens culturais, seu reconhecimento e salvaguarda.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

No ano de 1997, a cidade de Icó foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A consagração como monumento nacional foi simbólica, por ser o primeiro sítio histórico do sertão nordestino a receber tal distinção. No estudo que fundamentou o processo de reconhecimento, o IPHAN ressaltou o fato de Icó ser uma das vilas erigidas devido à expansão da pecuária no início do século XVIII. As margens do rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe – o maior do Ceará -, o povoado se desenvolveu pela criação do gado e comércio da carne seca, tornando-se entroncamento das principais estradas que contavam o sertão. Posteriormente, a produção de algodão passou a fazer parte de seu cotidiano econômico. Sobre o binômio gado/algodão, Icó prosperou e um conjunto de edificações públicas, religiosas e civis surgiu, dando volume à ribeira do rio Salgado. Na apreensão do IPHAN, o sítio histórico - marcado por traços arquitetônicos despojados e de singela beleza -, seria "testemunho de incontestável valor histórico acerca do processo de consolidação do território nacional". Neste sentido, o patrimônio material de Icó seria "um precioso documento da política urbana colonial e sua adaptação às terras sertanejas" (IPHAN, 1997).

Não obstante, nem só de edificações estão constituídos os bens culturais da cidade. Entre as heranças do passado da mesma se encontra um conjunto de manuscritos, rico patrimônio documental, que deve ser divulgado e protegido com o mesmo afinco dedicado à salvaguarda de sua arquitetura e traçado urbano tombado. Estamos falando do acervo do Arquivo Histórico, formado por inventários, testamentos, processos cíveis e criminais dos séculos XVIII e XIX. O arquivo conta, por meio de seus manuscritos, capítulos da história do Icó, especialmente sobre o cotidiano das diferentes classes sociais que habitavam a cidade naquele período.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Nestes termos, a prática extensionista desenvolvida promove a salvaguarda desses bens culturais e pretende ser elemento para a autoestima e afirmação das identidades, ao promover relações sensíveis da comunidade escolar com seu passado, memória e patrimônio. Afinal, a Educação Patrimonial considera a preservação dos bens culturais como prática social, inserida nos contextos culturais que caracterizam os espaços da vida das pessoas (LONDRES, 2012).

Cada oficina segue um roteiro com quatro momentos: 1) A abertura da atividade tem lugar no auditório da Casa de Cultura Mariinha Graça, imponente sobrado oitocentista, recentemente restaurado, sede da Secretaria de Cultura do Munícipio e que abriga o arquivo histórico em suas dependências. Neste momento, o público recebe informações iniciais, por parte da equipe de extensão, sobre a definição de documento histórico, a função social do arquivo e regras de higiene e comportamento no trato dos manuscritos; 2) Na sequência, o público da oficina é levado ao Arquivo Histórico, em sala que fica contigua ao auditório. Lá, os estudantes das escolas públicas têm contato com os manuscritos do século XVIII e XIX. Recebem também informações sobre sua organização nas pastas, caixas e estantes. Dados sobre tipologia documental e características dos principais conjuntos, bem como de sua importância para a História do Icó, são passados na sequência. Então ocorre o ponto alto da atividade: os estudantes, com luvas e máscaras, podem visualizar e tocar documentos seculares, criando uma aura de encantamento e curiosidade ao tentar decifrar os manuscritos com o auxílio dos bolsistas; 3) Na antepenúltima etapa da oficina, os alunos recebem reproduções *fac-similares* de manuscritos do acervo. Tem início uma atividade de transcrição. O caráter lúdico dessa etapa faz dela uma das mais animadas; 4) Por fim, a oficina termina com um momento

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

de avaliação da atividade com os participantes da mesma (equipe de extensão e público alvo).

Figura 1: Estudantes da EEFM Vivina Monteiro observam manuscritos oitocentistas durante oficina do projeto "Entre as páginas da história do Icó". Foto: Jucieldo Ferreira Alexandre, 2015.

O projeto "Entre as páginas da história do Icó" tem promovido uma intrínseca relação entre extensão, pesquisa, ensino e cultura. Os graduandos de História da Universidade Federal do Cariri envolvidos no projeto estão em contato direto com documentos históricos do século XVIII e XIX. A convivência com os manuscritos propicia oportunidades para os discentes exercitarem empiricamente os conhecimentos teórico-metodológicos ensinados nas disciplinas da graduação e a possibilidade de encontrarem os temas que poderão embasar projetos de pesquisa e Trabalhos de Conclusão de Curso, contribuindo para aprimoramento enquanto pesquisadores de História.

Por outro lado, o contato dos graduando com professores e estudantes da rede básica de ensino e as trocas de experiências e conhecimento entre ambos, por meio das oficinas no arquivo, intensificam o desenvolvimento de competências didáticas e de socialização, preparando-os para o desafio de lidar

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

com o público, numa época em que os historiadores e o conhecimento histórico têm sido demandados em situações e contextos que exigem formação mais ampla: museus, turismo histórico cultural, produções jornalísticas e artísticas, etc.

O impacto da ação de extensão é visível na avaliação final de cada oficina, quando alunos e professores da rede básica são convidados a falar suas impressões a respeito da atividade. Esse é um dos momentos mais interessantes para a equipe executora do projeto, visto que o público se mostra empolgado com a oportunidade de conhecer o Arquivo Histórico e a riqueza de suas fontes. No geral, professores e alunos afirmam que desconheciam o patrimônio documental da cidade. Também tecem comentários sobre a riqueza de informações a respeito do cotidiano e sujeitos históricos do passado da cidade, contidas nos manuscritos. Interessa, particularmente, os aspectos sociais das fontes: a escravidão, a condição das mulheres, a pobreza, a violência etc. O contato com os manuscritos e a tentativa de leitura e transcrição dos mesmos são pontos mais elogiados pelos participantes, devido ao seu caráter lúdico, que desafia e agrada especialmente aos estudantes, na maioria jovens de 15 a 18 anos.

Os professores da rede básica que participam das oficinas geralmente destacam a oportunidade de trazer conteúdos que aparecem distantes nos livros didáticos (como a escravidão, por exemplo) para mais próximo da realidade dos alunos, já que tais documentos trazem informações sobre tais temas do passado do município. Alguns têm, inclusive, utilizado documentos do arquivo como recurso didático nas aulas e algumas pesquisas de iniciação científica no Ensino Médio principiam a ser desenvolvidas como resultado direto da ação de extensão.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Em mais de uma dezena de oficinas já realizadas – que envolveram estudantes da EEEP Dep. Walfrido Monteiro, Centro Educacional de Referencia e EEM Vivina Monteiro, principais escolas públicas do Icó –, os alunos aproveitavam o momento da avaliação para afirmar que tinham passado a ver a disciplina de História de outra forma e a compreender um pouco mais sobre o funcionamento do trabalho do historiador, bem como demonstram compreensão mais ampliada do que é patrimônio e sua relevância para a identidade da cidade.

Deste modo, as oficinas dedicadas ao patrimônio documental do Icó, promovidas pela ação de extensão, contribuem para o processo de formação de pessoal (no caso, historiadores) e para o desenvolvimento de atividades que difundem a consciência preservacionista entre jovens da rede básica de ensino e seus professores de história, o que pressupõe não só a transmissão de conhecimento, como também o estímulo à curiosidade, criatividade e prazer. Portanto, a extensão universitária contribui para o desenvolvimento da educação patrimonial, ao promover a vivência de bens culturais de forma intensa e afetiva: só assim sua salvaguarda será garantida.

Diálogos Sobre o Patrimônio

O projeto "Diálogos Sobre o Patrimônio" é realizado pelo curso de História desde 2014. Em cada edição, se organiza a partir de tema central a ser desenvolvido em formato semelhante a uma conversa que se dá entre conhecidos e caminha rumo à definição de ações para tratamento da questão em debate: um convidado, que tem relação com o tema a ser trabalhado, explana, de modo acessível, questões pertinentes aos bens patrimoniais e se abre à conversa com a comunidade presente ao evento. Partindo de premissas

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

pedagógicas, o projeto tem buscado realizar as atividades em bens tombados da cidade - Teatro, Casa de Câmara e Cadeia e Sobrado Mariinha Graça -, promovendo a valorização dos mesmos e seu reconhecimento enquanto herança material e histórica da cidade.

As ações do projeto e seus desdobramentos mostram que a construção de espaços de diálogo acerca do patrimônio e a produção de iniciativas em prol da educação patrimonial são o caminho mais promissor para a interação harmoniosa entre as pessoas e os bens materiais e imateriais com sentido histórico. Os moradores de um sítio histórico demandam constantemente informações sobre o sentido do tombamento e das práticas que envolvem a preservação do patrimônio histórico, e é nesse foco que o projeto atua.

Em cada evento promovido pela ação de extensão, é gratificante perceber que os participantes têm voz ativa, em questionamentos acerca da legislação patrimonial e do tombamento do patrimônio edificado. É um espaço de conversa que busca a horizontalidade e possibilita aos moradores retirar dúvidas sobre as especificidades de bens particulares considerados patrimônios públicos. É possível afirmar que a população local procura frequentemente o espaço do "Diálogos sobre o patrimônio" com o objetivo de obter respostas e soluções para suas dúvidas.

O projeto tem mantido permanente contato com a Secretaria Municipal de Cultura e a Associação Amigos de Icó (AMICÓ). Por meio dessa aproximação, tem conseguido redimensionar suas ações alcançando número maior de setores da comunidade icoense. Para isso, realiza, desde 2014, edições do projeto no "Festival de Cultura Icozeiro", sempre com bom público e ótima socialização de informações e experiências.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Figura 2: Edição do "Diálogos sobre o patrimônio", no Pátio da Casa de Câmara e Cadeia de Icó, durante o Festival Icozeiro. Foto: Jucieldo Ferreira Alexandre, 2015.

Icó está localizada no Centro-Sul do Ceará, e abriga o maior sítio histórico colonial preservado do estado. O perímetro urbano principal concentra, aproximadamente, 320 imóveis tombados que compõem excelente conjunto da arquitetura tradicional do Ceará. Assim como outras cidades históricas, Icó estabelece relação peculiar com o patrimônio tombado. Ao longo dos séculos XIX e XX, a cidade atravessou períodos de pouca dinamização urbana. Embora seja município relativamente populoso, a maior parte de seus moradores vive, até os dias atuais, na zona rural. Ainda hoje, busca-se ampliar as atividades econômicas da cidade, baseadas principalmente na agricultura. Nesse difícil processo de conformação, muitos prédios do século XVIII e XIX foram preservados, alguns passaram por reformas e tantos outros foram destruídos ou totalmente descaracterizados. As impressões dos moradores do perímetro tombado, sobre a conservação e modificação dos imóveis, as

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

diferentes relações com o patrimônio, as complicações que surgem do conflito de interesses entre privado e público por conta das politicas de patrimonialização, entre outras questões, são abordados pelo "Diálogos sobre o patrimônio".

Os debates promovidos nas edições do projeto mostram como questões que envolvem as políticas de preservação do patrimônio podem ser mais problematizadas se tratarem das idiossincrasias do processo, analisando como a implementação das mesmas acontece no macro e no micro e como a comunidade afetada pelas mesmas são inseridas, ou não, nos planos de salvaguarda. Tendo em vista questões como essa, por exemplo, ao longo do ano de 2016, o projeto "Diálogos sobre o Patrimônio" realizou sondagens com a comunidade icoense, especialmente moradores do Largo do Therbérge, que concentra algumas das edificações mais importantes do perímetro tombado[8]. Nesses momentos, as tensões e os conflitos de interesses relacionados às políticas públicas para preservação do patrimônio histórico vieram à tona, ajudando a equipe de extensão a pensar direcionamentos para o projeto.

[8] Antigo espaço em que as boiadas eram tratadas e negociadas, nas proximidades da margem esquerda do rio Salgado, o Largo do Théberge ocupa o coração do centro histórico icoense. Com quase cem metros de largura, a esplanada se inicia na antiga casa de Câmara e Cadeia e se alonga por quase um quilômetro. Nela, estão encrustados prédios muito belos, como o Sobrado Canela Preta, construído no século XIX; a Igreja de Nossa Senhora da Expectação, uma das primeiras edificações da cidade; e o Teatro das Ribeiras dos Icós, com características neoclássicas, erguido no ano de 1860. Além de abrigar importantes exemplares da arquitetura histórica brasileira, o Largo também recebe, anualmente, os festejos de Nosso Senhor do Bonfim e as atrações musicais do festival popular municipal chamado Forricó. O Largo abriga ainda bom número de pequenas casas térreas com fachadas que ostentam arranjos formais e cromáticos próprios da arquitetura popular. Nessas casas, gerações das mesmas famílias se sucedem. Graças aos recursos do Programa Monumenta, e com o apoio técnico do IPHAN, o Largo foi recuperado e continua sendo o principal logradouro público da cidade.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Figura 3: Largo do Théberge, visto a partir da sacada do Teatro Ribeiras dos Icós. Foto: Priscilla Queiroz, 2015.

Nas edições da ação, se problematiza o patrimônio local pelos envolvidos na atividade, bem como os alunos do bacharelado em História que residem em Icó, e se indicam as tensões presentes na relação com os órgãos responsáveis pela fiscalização e conservação dos imóveis tombados. Há, inclusive, relatos de pessoas que dizem evitar possuir ou adquirir imóvel tombado por conta dos choques com a ação fiscalizadora do IPHAN. Essas negativas não auxiliam no fomento da preservação do patrimônio, pois indispensável que haja interessados que optem por fazer bom uso dos imóveis. Todavia, o desejo em permanecer em imóvel tombado está condicionado à possibilidade de ampliar as casas, como construir novos andares ou garagens.

As necessidades dos atuais moradores precisam ser consideradas, evidentemente. Mas essas construções, realizadas séculos antes, têm em suas formas as demandas de um passado historicamente localizável. Seus contornos expressaram as formas de fazer, vontades e necessidades de uma sociedade do passado da qual a sociedade local é herdeira. E não é, pois, essa herança que torna tais construções partes importantes do passado, do patrimônio e

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

identidade local? Diante disso, os eventos promovidos pela ação de extensão em tela realmente chama a população local e as instituições públicas a *dialogar sobre o patrimônio,* promovendo a educação patrimonial pelo debate dialético dos usos dos bens culturais, sua inserção na constituição das identidades e os horizontes das políticas de patrimonialização.

É mais interessante e produtivo, portanto, o diálogo constante entre as forças envolvidas, com o intuito de se concretizar iniciativas que satisfaçam os interessados na medida em que a demanda dos habitantes de uma região não seja ignorada e todo o patrimônio coletivo não se perca em disputas pessoais e na falta de informação e diálogo.

Para além do patrimônio tombado, a ação de extensão do curso de História também promoveu eventos que trataram do patrimônio ambiental e imaterial. Aliás, a demanda pelo debate sobre os bens culturais intangíveis veio da própria comunidade do Icó, que tem interesse no reconhecimento da Festa de Nosso Senhor do Bonfim como patrimônio imaterial.

Ao cabo deste tópico, podemos concluir que o que se apresenta em mais de dois anos do projeto não é uma resposta concisa e uniforme que represente todos os pontos de vista dos sujeitos históricos imersos no convívio com o patrimônio de Icó. Pelo contrário, os desdobramentos da ação indicam as diversas possibilidades de incremento à atividade extensionista e contribuem para a problematização das experiências de vida e educação nas áreas reconhecidas como patrimônio nacional. De quebra, a ação de extensão fortalece a formação dos graduandos de História da UFCA, os provocando a refletir sobre a constituição das identidades culturais e agir na esfera publica das políticas patrimoniais.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Considerações finais

Conforme Ana Lucia de Paula Ferreira Nunes e Maria Batista da Cruz Silva, a extensão universitária é "espécie de ponte permanente" entre a universidade e a comunidade em que a instituição está inserida. Longe de representar via de mão única, a extensão concebe uma "retroalimentação" de influências: "a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade" e recebe em troca respostas sobre projetos, necessidades e ambições desta. Por outro lado, os saberes das comunidades enriquecem a universidade, ao propiciar o contato de discentes, servidores docentes e servidores técnicos com experiências e realidades sociais específicas, enriquecendo a formação profissional e humanística dos mesmos (NUNES; SILVA, 2011, p. 120).

Dentro dessa leitura sobre a extensão universitária, os projetos de extensão "Entre as páginas do Icó" e "Diálogos sobre o patrimônio", promovem reflexões sobre a amplitude das formas como a história pode ser analisada e problematizada socialmente e de como pode servir para a difusão da consciência preservacionista no trato do patrimônio cultural.

Dentro de projetos que tem a educação patrimonial como mote, espera-se contribuir no despertar de uma consciência sobre a necessidade da preservação, para que outras gerações, no futuro, também possam ter a possibilidade de acesso ao rico acervo da história da cidade patrimônio nacional, mas antes de tudo, patrimônio de seus moradores, elemento essencial na construção da identidade e na promoção da cidadania. Atuando assim para uma prática extensionista antenada com as premissas da História Pública.

Para rematar, uma última observação: malgrado ser um bacharelado, e não uma licenciatura, o curso de História da Universidade Federal do Cariri escolheu a educação patrimonial como um dos cernes de seu Projeto

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

Pedagógico Curricular. Instalado em uma cidade tombada como monumento nacional, o curso se propõe a formar historiadores habilitados ao trabalho de gestão do patrimônio histórico-cultural. No cenário de competências de um historiador desse tipo, a educação patrimonial é essencial para a construção da percepção dos bens culturais enquanto elementos constitutivos da vida social. Desta forma, espera-se que a extensão universitária ajude a promover a formação de profissionais preparados para lidar com as políticas patrimoniais e com novas demandas públicas que os seguidores de Clio têm sido desafiados a encarar.

Referências

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca. **Cultura Política e Leituras do Passado**: historiografia e ensino de história. Editora Civilização Brasileira, 2007.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In. CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org.). **Patrimônio Cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim, Educação Patrimonial: um processo de mediação. In. TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p. 22-29.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

FONSECA, Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.

FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História**: anos iniciais. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL. **Icó:** estudo para o tombamento federal. Fortaleza-CE: 4ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), 1997. Vol. 1.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In. TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p. 14-21.

MACIEL, Lucas Ramalho. Política Nacional de Extensão: Perspectivas Para a Universidade Brasileira. In. Revista ParticipAção. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: < http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/5968/4940> Acesso: 10 de dezembro de 2017.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O Patrimônio em Questão. **Proj. História**. São Paulo, 2000.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano IV, n. 7. Barbacena - julho/dezembro 2011, p. 119-133.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p337

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula.** 11ª ed. São Paulo: Contexto. 2006, p. 128-148.

PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. História, cultura e patrimônios regionais: construindo e registrando saberes e práticas. In. GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). **Patrimônio Cultural e Ensino de História**. Porto Alegre: Edelbra, 2014, 91-109.

SANTOS, Renato Quintino dos. Educação e Extensão. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento de história. In. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Râbelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil:** sentidos e itinerários. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2016, p. 37-46.

SANTHIAGO, Ricardo. "A história pública é a institucionalização de um espírito que muitos historiadores têm tido, por milhares de anos": uma entrevista com David King Dunaway sobre História Oral, História Pública e o passado nas mídias. In. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.P.213 - 214. Disponível em: < http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25607> Acesso em: 29 de set de 2016.